

TRADUÇÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA: PRÁTICA, PESQUISA E FORMAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

TRANSLATION INTO A NON-NATIVE LANGUAGE: PRACTICE, RESEARCH AND TRAINING IN BRAZIL AND AROUND THE WORLD



Rebecca Frances ATKINSON
Doutoranda
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5806660076207799>
<https://orcid.org/0000-0002-6269-3629>
rebecca.f.atkinson@gmail.com

Resumo: O presente trabalho oferece uma análise crítica do estado da arte sobre a tradução de textos não literários para língua estrangeira (L2), em especial o inglês, como objeto de estudo acadêmico e prática mercadológica. A revisão bibliográfica aqui apresentada procura identificar: (a) de que formas o discurso dentro dos Estudos da Tradução vem se construindo a respeito da tradução para L2; (b) quais as características do inglês que o diferencia de outros idiomas quando se trata da tradução; (c) que questões são abordadas em pesquisas sobre a direcionalidade; e (d) como os dados levantados podem ser aplicados à formação de tradutores, especialmente no Brasil. A superioridade da tradução para L1 vem sendo desafiada dentro dos Estudos da Tradução, devido, entre outros fatores, a pesquisas sobre o assunto oriundas de países de línguas de menor difusão, onde a tradução para L2 é praxe. Como o inglês é a L2 mais falada no mundo, há mais materiais e recursos disponíveis, facilitando a tradução para esse idioma. Estudos mostram que a direcionalidade é apenas uma das variáveis que afetam a qualidade das traduções, outras incluindo a experiência do tradutor e o tipo de texto. No Brasil, há alguns estudos sobre direcionalidade, mas ainda poucas opções de formação em tradução para L2.

Palavras-chave: Direcionalidade. Tradução para L2. Versão. Língua inglesa. Formação de tradutores.

Abstract: This study offers a critical analysis of the state of the art on the translation of non-literary texts to a second language (L2), especially English, as an object of academic study and market practice. The literature review presented here seeks to identify: (a) how the discourse within the field of translation studies is developing with regard to L2 translation; (b) what the characteristics of English are that differentiate it from other languages in the context of translation; (c) what issues are addressed in directionality research; and (d) how the data gathered can be applied to translator training, especially in Brazil. The superiority of L1 translation is being challenged within translation studies, driven in part by research into the subject undertaken in countries with languages of limited diffusion, where L2 translation is common. As English is the most widely spoken L2 in the world, there are more materials and resources in and on it, making translation into it easier. Studies show that directionality is just one of many variables that affect translation quality, two others being the translator's experience and the text type. In Brazil, there are some studies into directionality, but as yet few options for training in L2 translation.

Keywords: Directionality. L2 translation. Inverse translation. English. Translator training.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

A questão da direcionalidade – a tradução de uma língua estrangeira (L2) para a língua nativa (L1) ou da língua nativa para uma língua estrangeira – é um tema de pesquisa relativamente recente nos Estudos da Tradução no Ocidente. Para ser mais exata, passou a ser problematizada só nas últimas décadas, sendo que essa problematização veio na esteira da inclusão de reflexões sobre a tradução técnica e especializada no campo dos Estudos da Tradução e, ainda mais enfaticamente, da globalização pós-Guerra Fria. Antes desse movimento, estava subentendido que a tradução só se faz *para* a língua nativa, por uma questão de garantia de qualidade. A citação mais notória nesse sentido se encontra na introdução do livro de texto para estudantes de tradução de Peter Newmark (1987), escrito na década de 1980. O texto começa com uma série de pressupostos, dos quais o primeiro é que o aluno “traduz para sua língua de uso habitual, pois só assim irá traduzir de forma natural, acurada e com o máximo de eficácia”¹ (Newmark, 1987, p. 3).

2 Mais de trinta anos depois, a mesma mensagem ainda reverbera no senso comum a respeito da direcionalidade da tradução, moldando os discursos sobre o assunto por parte das associações profissionais, bem como os currículos de cursos de formação de tradutores. Por exemplo, a influente *American Translators Association* (ATA) oferece, em seu site, um encarte eletrônico voltado para o cliente de tradução intitulado “Translation – Getting it Right”, em que oferece uma série de orientações para garantir a qualidade do produto final. Na versão brasileira do texto, “Tradução: Faça a escolha certa”, que ainda destaca os logotipos da Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (ABRATES) e do Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA), lê-se o seguinte:

As melhores traduções são para a língua materna do profissional.

Nós até temos um nome especial para isso no Brasil: versão – quando um brasileiro traduz para o inglês, por exemplo. Possível, é. Mas nunca fica bom, porque a gente nunca perde o sotaque. Se você quer traduzir a revista da empresa para o alemão ou o russo, contrate um tradutor alemão ou russo. Os brasileiros devem traduzir para o português do Brasil.

Aliás, é provável que um tradutor que desobedeça a essa regra básica também não respeite outros parâmetros de qualidade. (ATA, 2011, p. 16)

Além de julgar que a tradução para L2 “nunca fica boa”, o texto contém uma advertência ainda mais preocupante: não se pode confiar em quem faz versão, pois o mero fato

de fazê-la constitui em “desobediência” à “regra básica” da tradução para a L1, sendo considerada, portanto, indicativo de uma falta mais generalizada de confiabilidade.

No ambiente universitário, mais especificamente no contexto da formação de tradutores, a postura em relação à direcionalidade pode ser inferida das informações contidas nos sites dos cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*). Dos três cursos encontrados no Rio de Janeiro, dois mostram uma tendência de priorizar a tradução para a língua nativa: o da PUC-Rio,² que se destina a pessoas que têm uma “boa base em inglês e [que] escreve[m] bem em português”, e o da Universidade Cândido Mendes,³ cujo público-alvo teria “habilidade de leitura em língua inglesa e competência escrita em língua portuguesa”. Já na Estácio,⁴ em termos da habilidade linguística, a única exigência é o “bom domínio” do inglês.

Em uma investigação de dez cursos de bacharelado em tradução ofertados por universidades públicas no Brasil, Patrícia Rodrigues Costa (2018) verificou que apenas quatro (na UFRGS, UnB, UEM e UFJF) oferecem a prática da tradução para L2. Nos dois últimos, a tradução para L2 ocupa uma carga horária bem menor que a tradução para a L1, mas nos dois primeiros, há uma distribuição igual entre as duas modalidades. Esses cursos são a exceção: segundo a pesquisadora, “somente uma minoria oferta práticas de tradução inversa” (Costa, 2018, p. 400).

Em relação à realidade da prática da tradução para L2 no mercado brasileiro, ainda não há dados publicados a esse respeito. Entretanto, é possível inferir sua prevalência a partir dos bancos de tradutores nos sites da ABRATES e do SINTRA, onde foram realizadas buscas por tradutores que trabalham com o inglês, o espanhol, o francês e o italiano, bem como a partir de uma enquete no grupo do Facebook “Tradutores Intérpretes e Curiosos”. Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que uma proporção importante de tradutores brasileiros realiza traduções do português para os quatro idiomas selecionados. O inglês é a língua mais ofertada no mercado brasileiro, sendo que entre 52% e 85% dos tradutores que vertem do inglês para o português também trabalham no sentido inverso, segundo esses dados. A semelhança dos perfis dos dados de cada fonte permite que se afirme que o idioma mais prevalente é o inglês, ofertado por pelo menos duas vezes mais tradutores que o segundo colocado, o espanhol, seguido pelo francês e o italiano. Por mais que não se possa presumir uma correspondência direta entre oferta e procura, o tamanho da diferença entre o inglês e os outros idiomas é indicativo de que há muito mais procura nesse idioma. É importante notar que o SINTRA e o grupo do Facebook incluem dados de intérpretes (que, no Brasil, trabalham de e para o português), enquanto a ABRATES é exclusivamente para tradutores.

Tabela 1*Quantidade de tradutores que trabalham com inglês, espanhol, francês e italiano no Brasil*

| Fontes dos dados Idiomas | ABRATESⁱ (552 associados) | SINTRAⁱⁱ (280 associados ⁱⁱⁱ) | Facebook^{iv} |
|---|--|--|------------------------------|
| inglês para português | 393 (75,3%) ^v | 268 (95,7%) | 552 |
| português para inglês | 203 (36,8%) | 229 (81,8%) | 353 |
| espanhol para português | 136 (24,6%) | 135 (48,2%) | 215 |
| português para espanhol | 63 (11,4%) | 77 (27,5%) | 111 |
| francês para português | 66 (12,0%) | 68 (24,3%) | 102 |
| português para francês | 25 (4,5%) | 41 (14,6%) | 43 |
| italiano para português | 35 (6,3%) | 37 (13,2%) | 57 |
| português para italiano | 16 (2,9%) | 22 (7,8%) | 22 |

Nota. ⁱ Dados retirados do site da Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (<https://abrates.com.br/buscar-tradutores/>) em 24/04/2021;

ⁱⁱ Dados retirados do site do Sindicato Nacional dos Tradutores (<https://www.sintra.org.br/site/index.php?p=c&pag=trad>) em 24/04/2021;

ⁱⁱⁱ Número total de associados fornecido por e-mail pela direção do SINTRA.

^{iv} Dados retirados da enquete “Qual(quais) é(são) o(s) seu(s) par(es) de idioma?”, no grupo do Facebook “Tradutores, Intérpretes e Curiosos”, em 24/04/2021. Não há dados disponíveis sobre a quantidade de pessoas que responderam a enquete, e como o grupo é aberto para pessoas que não trabalham com tradução e interpretação, não há como reportar um número total.

^v Número de tradutores e porcentagem do total de associados.

4

Diante desse cenário, o presente trabalho busca investigar a situação contraditória constatada acima, onde, de um lado, há fortes indícios da prevalência da tradução para L2 no mercado brasileiro, enquanto do outro, o discurso de algumas instituições e a oferta de formação parecem refletir a crença de que a tradução só se faz para a língua materna. Tomando como foco específico a tradução de textos não literários para o inglês, será realizada uma revisão da literatura para identificar: (a) de que formas o discurso dentro dos Estudos da Tradução vêm se construindo a respeito da tradução para L2; (b) quais as características do inglês que o diferenciam de outros idiomas quando se trata da tradução; (c) que questões são abordadas em pesquisas sobre a direcionalidade; e (d) como os dados levantados podem ser aplicados à formação de tradutores, especialmente no Brasil.

Conceitos Fundamentais

Em qualquer área de conhecimento, a terminologia é sempre movediça, pois a criação, aceitação e estabelecimento de novos termos é um processo de coconstrução social envolvendo os participantes de determinado domínio de conhecimento e suas interações com outras disciplinas (Bhreathnach, 2011, pp. 11-12). Quando se trata da terminologia relacionada à direcionalidade, existem várias opções em inglês e em português: tradução direta/inversa ou direta/reversa (*direct/inverse translation* ou *direct/reverse translation*); tradução para a língua A/B/C (usada tradicionalmente na interpretação⁵); tradução de/para L1/L2 (*L1/L2 translation*), derivado da terminologia usada no ensino de língua estrangeira; e outras. Atualmente, as duas

alternativas mais usadas em inglês para se referir à tradução para língua não nativa são *inverse translation* e *L2 translation*, sendo que cada autor ou grupo de pesquisa tende a adotar um dos dois termos, porém nem sempre de forma exclusiva.

A pesquisadora croata Nataša Pavlović (2007, p. 3) se posiciona contra o uso dos termos *inverse* e *direct* por entender que tem o efeito de representar a tradução para L2 como uma prática que contraria o sentido “natural” (a “direta”), assim reforçando a “regra de ouro” da tradução para língua nativa. Outro argumento contra o uso desses termos é oferecido pela teórica polonesa Boguslawa Whyatt (2019), que observa que a preferência e a competência linguísticas das pessoas bi/multilíngues são sujeitas a variação conforme o contexto e a experiência. Concordando com essas posições, vou preferir, para os fins deste artigo, o termo “tradução para língua 1/língua 2”, com as abreviações L1 e L2.

No Brasil, como já vimos, o termo *versão* também é muito usado, porém seu significado e seu uso divergem do conceito da tradução para L2. Entre tradutores e em cursos de formação, o termo “versão” é usado para designar a tradução do português para outro idioma, independentemente de o tradutor ser brasileiro ou nativo da língua de chegada. Ademais, o verbo *verter* é sinônimo de *traduzir*, não se restringindo à tradução para língua estrangeira.⁶ Por esses dois motivos, o termo *versão* será evitado na presente discussão.

Outro senso comum que precisa ser destrinchado é a divisão das línguas em materna/nativa e estrangeira. No campo da Linguística Aplicada, essa nomenclatura vem sendo desafiada há décadas, principalmente no contexto do ensino de inglês como língua estrangeira. Desde a década de 1980, alguns teóricos procuraram catalogar os diferentes falantes de inglês no mundo, numa evolução que aos poucos foi aceitando a existência de múltiplas “línguas inglesas” (Pennycook, 2007) e rejeitando hierarquias encimadas pelas potências colonizadoras e pelos países mais ricos criadas como resultado direto dos movimentos colonizadores. Em relação ao status do falante nativo, vários mitos a seu respeito já foram desconstruídos, como as intuições do “nativo” a respeito da gramática e sua capacidade de produzir discurso fluente de forma espontânea e de escrever ou falar com criatividade (Mariño, 2011, p. 136), delineando um conjunto de competências dotado de muito mais complexidade que antes imaginado (Apfelthaler, 2020, pp. 152-153). Além disso, o próprio conceito de “nativo” vem sendo desafiado pelas identidades linguísticas marginalizadas que ficaram de fora dos quadros conceituais anteriores, como imigrantes, filhos de imigrantes e falantes de variantes periféricas de idiomas (Pokorn, 2005, p. 22). Vale notar também que, no mundo de hoje, há mais falantes bilíngues que monolíngues (Apfelthaler, 2020, p. 153). Tomados como um todo, esses fatores

indicam que classificações simplistas como nativo/estrangeiro escondem um quadro de grande complexidade quando se trata da competência linguística.

No universo da tradução, as atitudes em relação aos conceitos de língua nativa/não nativa não são homogêneas. No mercado, como vimos com o exemplo da ATA e a categorização das línguas de trabalho da Associação Internacional dos Intérpretes de Conferência (AIIC), a tradução para L1 ainda é tida como sinônimo de qualidade, naturalizando a ideia de que bastariam os dotes do nativo para garantir a qualidade de qualquer tradução.⁷ Na União Europeia, os profissionais contratados pela Comissão Europeia traduzem “regra geral para sua própria língua”, devendo ter “domínio perfeito de todos os aspectos e níveis estilísticos da língua materna ou principal” e conhecimento “aprofundado”⁸ dos outros idiomas (Comissão Europeia, 2020). Permanece a preferência pela “regra de ouro”, porém agora temperada pelo reconhecimento de que nem sempre a língua materna e a língua principal coincidem. Já no mundo acadêmico, poucos pesquisadores dedicados aos estudos empíricos sobre direcionalidade problematizam os conceitos de L1 e L2 (Apfelthaler, 2020, p. 156), muito embora, em um mundo dominado por bi/multilinguismo, a aplicação irrefletida de qualquer rótulo associado à aquisição de línguas e à competência linguística fique vulnerável a críticas.

6

No Brasil, como vimos, nos cursos universitários de graduação e pós-graduação, a oferta de treinamento em tradução para L1 ainda parece prevalecer, reforçando a valorização da produção textual do nativo. Enquanto isso, as instituições mais próximas ao mercado – o SINTRA e a ABRATES – não se manifestam a respeito da direcionalidade da tradução. Já nos grupos de tradutores do Facebook,⁹ é comum as pessoas postarem dúvidas de tradução para L2 e os outros participantes discutirem e oferecerem soluções, até indicando estratégias tradutórias que sugerem muitos anos de prática. O fato de serem ou não serem nativos não parece ser um fator decisivo da qualidade das soluções nem da sua recepção pelos colegas. Mesmo assim, é inegável que há diferenças entre a tradução para L1 e a tradução para L2, ainda mais quando essa L2 é o inglês, como veremos a seguir.

Tradução para Inglês (como L2)

No livro *In and Out of English: for Better, for Worse*, Gunilla Anderman e Margaret Rogers (2005) enfocam o uso do inglês no âmbito da União Europeia. Por mais que se trate de uma situação excepcional – um bloco econômico com parlamento e banco centrais, constituindo uma instituição tradutora, ou *translating institution* (Koskinen, 2008) – muito do que se aplica a ela também é válido em outros contextos. A motivação por trás do livro foi o

ingresso de novos membros ao bloco econômico com novos idiomas de poucos falantes (de L1 e L2) e as implicações desse incremento linguístico para a instituição, que sempre prezou pela diversidade cultural e linguística (Koskinen, 2008, p. 63).

O segundo capítulo desse livro, assinado por Stewart Campbell, trata de um assunto bem conhecido e problematizado: o *império* do inglês. Enquanto fenômeno sociocultural, essa dominância já é assunto das ciências sociais há algumas décadas – uma influência que ora se sente como homogeneizadora (a “McDonaldização” do mundo), ora como catalisadora de reações locais (a “glocalização”) (Kumaravadivelu, 2006, pp. 3-5). Essa ambiguidade, que fica muito saliente na Europa, também permeia o Brasil, onde há, de um lado, a aprendizagem do inglês “como acesso às benesses capturadas nas idas a Miami para ver o Mickey e a Minnie” (Moita Lopes em entrevista para Conceição, 2015, pp. 337-338) e, do outro, um movimento de descolonização do ensino do inglês como língua estrangeira (Moita Lopes, 2006).

Essa realidade diz respeito diretamente à questão de quem é o “dono” do idioma. Em uma das formulações mais conhecidas do uso do inglês no mundo, Braj Kachru (1985, como citado em Campbell, 2005, p. 28) concebe três círculos concêntricos, sendo que o mais central (e privilegiado), o *inner circle*, seria ocupado pelos Estados Unidos, Canadá, o Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, cujas populações seriam os falantes “legítimos” do inglês. Só que esses falantes, hoje em dia, representam uma minoria se comparados com os falantes dos outros países, tanto aqueles onde o inglês foi imposto durante a colonização (*outer circle*) como aqueles que utilizam o inglês como língua de comunicação internacional (*expanding circle*) (Braj Kachru, 1985, como citado em Campbell, 2005, p. 28). É o fato de existirem mais falantes estrangeiros de inglês que nativos que dá ao idioma sua característica de hegemonia global e suscita as ambiguidades mencionadas acima.

Em contraste, o português não tem tanta influência internacional. É falado majoritariamente no Brasil, com uma população de mais de 210 milhões de pessoas,¹⁰ seguido de Portugal, com aproximadamente 11 milhões de habitantes,¹¹ e, em escala bem menor, as nações colonizadas por este país. Desconsiderando os residentes estrangeiros de países lusofalantes, o português é aprendido e falado como L2, no continente americano, majoritariamente por hispanofalantes da América do Sul e dos Estados Unidos (M. Ferreira & Wiedemann, 2013); já no contexto da Europa, não figura entre os seis idiomas mais ofertados no ensino médio como L2 (Eurostat, 2021). Resumindo, o idioma não tem grande alcance no âmbito internacional, cuja métrica mais adequada é tida como a quantidade de falantes como L2 (Heilbron & Sapiro, 2007, p. 95).

A grande prevalência do inglês relativo a outros idiomas, incluindo o português, o confere características particulares no contexto da tradução. Segundo Campbell (2005, p. 29), são elas: (a) o alcance global do idioma e as relações de poder entre as respectivas comunidades de fala (conforme delineado acima); (b) o fato de a tradução de/para o inglês não ser uma operação técnica neutra, por estar inevitavelmente ligada a questões históricas e culturais; e (c) a legitimidade da tradução de/para um inglês que não pertença ao *inner circle* (dos EUA etc.).

A ideia de que a tradução para o inglês está “inevitavelmente ligada a questões históricas e culturais” se aplica, na verdade, a toda tradução. Já faz tempo que a virada cultural dos Estudos da Tradução¹² deu destaque aos conteúdos culturais em jogo nas operações interlinguísticas, ainda que essa vertente tenha ficado restrita sobretudo à tradução literária. Mais recentemente, em uma desconstrução da dicotomia literária/não literária, Margaret Rogers (2015) trouxe à tona a construção histórica do método científico e respectivo discurso. Citando o sociólogo Steve Fuller, sugere que a crença na neutralidade da linguagem científica alimenta a ideia de que a tradução de textos dessa natureza se faz de forma fluida e que o tradutor não exerce agência nesse processo. É uma crença também refutada por Maeve Olohan e Myriam Salama-Carr (2011), que defende uma abordagem mais matizada tanto da visão realista geralmente associada à ciência e ao discurso científico no Ocidente quanto das tipologias textuais de um modo geral, levando a uma concepção mais nuançada da própria natureza da tradução técnica e científica. Não se pode esquecer, também, que o direito de disseminar conhecimento passa em grande parte pela língua inglesa, seja em publicações na Internet, onde o idioma ainda domina,¹³ seja no mundo acadêmico. As grandes editoras e revistas acadêmicas publicam majoritariamente nesse idioma e trabalham com editores e revisores que têm como função zelar pelas normas do método e do discurso científicos. Um manuscrito que, ao ser traduzido para o inglês, não observar essas normas, terá seu acesso às publicações mais conceituadas interdito, restringindo a disseminação dos seus conteúdos (Thompson, 2005).

Na esteira dessa dominância da língua inglesa veio o crescimento do “*expanding circle*” (dos “outros” falantes de inglês), cuja legitimidade é reivindicada por Campbell (2005) no contexto da tradução. Se o inglês já deixou de pertencer unicamente aos privilegiados do *inner circle* e passou a ser a língua franca da maioria em comunicações L1-L2, L2-L2, L2-L3 etc., a questão de *qual* inglês passa a ser contundente. Isso nos remete novamente à problemática da ambiguidade, mencionada acima, entre a visão de um inglês pós-colonial e homogeneizador (Phillipson, 1994) e a percepção de “uma língua de fluidez e fixidez que perpassa e ao mesmo

tempo se imbrica na materialidade de locais e relações sociais”¹⁴ (Pennycook, 2007, p. 6). De que forma essas visões influenciam a prática e a teorização da tradução para inglês como L2?

Na sua discussão sobre a identidade do falante nativo do ponto de vista da tradução, Anderman e Rogers (2005, p. 15) comentam o “cult” que ainda embala o conceito de “nativo”, ainda mais quando se trata da língua inglesa. As autoras propõem o reenquadramento do conceito nos seguintes termos: “se a variedade de inglês utilizada pelo tradutor ou intérprete é apropriada para o público-alvo, seja em termos ideológicos [...] seja em termos funcionais, de acordo com o tipo de texto, a questão do falante nativo fica redundante”¹⁵ (Anderman & Rogers, 2005, p. 15). A consideração da tipologia textual nos remete diretamente à tradução especializada, que veremos aqui pela perspectiva funcionalista. Segundo essa visão, o sucesso de uma tradução se dá pela sua adequação às expectativas do leitor alvo, expectativas essas dadas pelo *brief* da tradução, que determina a finalidade (ou *Skopos*) pretendida para o novo texto em outro idioma. E isso varia de acordo com a tipologia do texto fonte e sua função comunicativa e pragmática em tradução (Nord, 1997, pp. 36-38).

São várias as categorizações tipológicas sugeridas na literatura, mas a divisão feita por Christiane Nord (1997, pp. 37-38) serve para a presente discussão. Conforme explica a teórica alemã, os textos *informativos* têm a função principal de transmitir informações sobre objetos e fenômenos do mundo real. Os textos *expressivos* têm, ainda por cima, um teor estético, que pode, inclusive, chegar a superar, em termos de importância, o teor informativo (por exemplo, em poesia). Já os textos *operativos* se destacam dos anteriores pela predominância de seu efeito extralinguístico (Nord, 1997, pp. 37-38).

Trazendo essa discussão para o âmbito da tradução técnica e especializada, podemos ver que há uma multiplicidade de situações em que o tradutor que tem inglês como L2 pode efetuar uma tradução aceitável.¹⁶ Primeiro, precisamos lembrar que quem define a aceitabilidade é o leitor, que, no caso do inglês globalizado, é múltiplo em termos do seu domínio do idioma e da instrumentalização que faz dele. O público leitor de uma tradução em uma área de conhecimento restrita pode ter domínio apenas dos tipos de texto característicos daquela área. Nesse caso, uma tradução aceitável priorizaria a transmissão correta do teor informacional e faria uso correto da terminologia específica. Mais do que isso – por exemplo, a inserção de linguagem idiomática ou de itens lexicais de fora do campo de conhecimento – poderia atrapalhar sua função. Ademais, o uso de estruturas sintáticas relativamente simples pode ser bem-vindo, enquanto eventuais tropeços linguísticos, contanto que não embolem o sentido do texto, podem até passar despercebidos (Adab, 2005).

Nesse sentido, há quem defenda o uso de um inglês restrito ou controlado em situações de comunicação interlingual (Adab, 2005). Na União Europeia, foram adotadas diretrizes de produção textual que visam a clareza – para leitores nativos e não nativos – dos textos produzidos para circulação entre os membros do bloco (Comissão Europeia, 2010).¹⁷ Essa consideração se torna ainda mais crítica quando o texto – ou a tradução – está escrito em inglês e se insere numa situação multilíngue, como acontece com a produção de documentos vendidos no mercado global (Adab, 2005, p. 148). Nessa situação, o texto (ou tradução) pode servir de base para outras traduções; daí, quanto menos ambiguidades e floreios linguísticos presentes no texto, melhor.

Tudo isso é bastante encorajador para o tradutor (brasileiro) que se vê na posição de traduzir para o inglês. A padronização da linguagem em muitas áreas de conhecimento significa que corpora bilíngues podem ser aproveitados para garantir não apenas a terminologia certa, mas as colocações adequadas e as expressões fixas mais usadas (Tagnin, 2015). No caso da tradução de textos especializados, quando esgotadas essas fontes, ainda pode-se recorrer ao próprio autor (ou à equipe de autores), que muitas vezes tem familiaridade com a linguagem da sua área em inglês (Silva, 2019). É um recurso do qual o tradutor geralmente não dispõe quando traduz do inglês para sua L1.

Outra consideração é que quem traduz para o inglês raramente se encontra na situação de criação *stricto sensu*, tendo em vista que grande parte dos textos técnicos, de negócios, especializados etc. ou tem inglês como língua fonte (Adab, 2005, p. 149) ou o tem como língua intermediária ou veicular (Heilbron & Sapiro, 2007, p. 96; Koskinen, 2000). Diferentemente do seu colega que trabalha para o português, que pode se encontrar diante de uma lacuna lexical e ter que escolher entre um empréstimo (palavra estrangeira), um calque (palavra estrangeira traduzida literalmente), um neologismo ou uma forma de circunlocução (parafrasear) (Rogers, 2015, pp. 110-135), o desafio lexical do tradutor para o inglês (como L1 ou L2) consiste mais em encontrar o termo original (normalmente em inglês) do qual o termo em português foi traduzido. É menos uma questão de “como vou traduzir ...?” e mais “como é ... em inglês?”. Uma vantagem ligada diretamente a esse fenômeno é a quantidade de fontes disponíveis online para pesquisa. Além de dicionários e glossários especializados, há exemplares dos mais diversos textos. A questão para o tradutor é como distinguir, entre os textos e recursos encontrados, os mais adequados para a função da tradução.

Uma possível dificuldade associada a essa situação é a identificação da intertextualidade no texto fonte. Além de itens lexicais especializados traduzidos do inglês, os

textos técnicos e especializados em português (ou outro idioma) podem conter frases mais longas ou trechos inteiros que foram escritos originalmente em inglês e que passaram a ser incorporados aos textos em português, sendo que, não raramente, a fonte do inglês se perde nessa operação, ficando apenas o “sabor” do inglês como indício da sua origem (o fenômeno de *shining through* identificado em pesquisas baseadas em corpora; Teich, 2003, como citado em Dai & Xiao, 2011). A capacidade de identificar a intertextualidade oriunda do inglês no texto fonte em português é uma competência instrumental importante para o tradutor encarregado de verter textos não literários para o inglês.

Por fim, outro recurso ao qual esse tradutor pode recorrer é a tradução automática. As atitudes em relação às ferramentas como o Google Tradutor, o Bing e o DeepL já passaram da fase da zombaria e do desprezo, comum nos primórdios das tecnologias, e do medo do domínio das máquinas, que colocariam em xeque toda atividade tradutória humana, ao reconhecimento, ainda que circunspecto, do seu valor, abrindo novos horizontes para a prática, a formação e a pesquisa tradutórias. No Brasil, a tradução automática já é utilizada por empresas e outras entidades transnacionais,¹⁸ sendo que, cada vez mais, o tradutor passa a ser contratado para fazer a pós-edição,¹⁹ com ou sem recurso ao texto fonte.

Na academia, a necessidade de se publicar em inglês para ter visibilidade internacional está incentivando pesquisas no sentido de ajudar o não tradutor a se tornar o pós-editor do próprio texto traduzido à máquina (Bowker & Ciro, 2019). Um estudo da qualidade de textos traduzidos automaticamente e pós-editados por aprendizes de tradução espanhóis teve resultados promissores (Sánchez-Gijón & Torres-Hostench, 2014). Se cursos em técnicas de pós-edição forem montados e disponibilizados, como já é o caso em outros países (Arenas & Moorkens, 2019), muito possivelmente o tradutor brasileiro poderá atender às demandas de tradução para L2 com mais confiança.

Pesquisas sobre a Direcionalidade e Algumas Implicações para a Formação de Tradutores

A literatura sobre a direcionalidade já engloba um amplo leque de abordagens e objetos de pesquisa. Existem dados que comprovam que a tradução para L2 deixou de ser a exceção e passou a ser regra para muitos tradutores em países da Europa – Polônia (Whyatt & Kościuczuk, 2013), Croácia (Pavlović, 2007), Espanha (Horcas-Rufián, como citado em Horcas-Rufián & Kelly, 2019; Gallego-Hernández, 2014), Eslovênia (Pokorn, 2005) – e ao redor do mundo (Piróth, 2015). Embora seja uma clara necessidade em países de língua

minoritária, não se restringe a eles: no país mais populoso do planeta, a China, a tradução para L2 também é praxe, motivada por necessidade e por programas governamentais (Wang, 2011). Embora não haja dados publicados sobre a prevalência da tradução para L2 no Brasil, em uma análise preliminar dos dados de um levantamento online realizado pela autora, em 2021, com enfoque na tradução para o inglês, a prevalência se mostra alinhada com os dados apresentados na Tabela 1.

As atitudes dos tradutores em relação à prática da tradução para L2 também foram alvo de investigação, revelando a situação paradoxal vivenciada por alguns desses profissionais que, ao mesmo tempo em que defendem a “regra de ouro”, têm a tradução para L2 como fonte importante de renda (Pavlović, 2007; Whyatt & Kościuczuk, 2013; Piróth, 2015). Em Portugal, Fernando Ferreira-Alves (2012) pesquisou empresas de tradução, identificando um discurso alinhado com a defesa da tradução para L1, embora tenha ficado evidente que, na prática, a tradução do português para outros idiomas representava uma fatia importante do trabalho realizado pelos seus tradutores. Não foram encontradas pesquisas das atitudes de outros atores envolvidos no processo tradutório enfocando a tradução para L2.

12

Segundo Apfelthaler (2020), os aspectos da tradução para L2 que já foram estudados incluem a avaliação da qualidade e questões pedagógicas, em particular quando a L2 é o inglês (Stewart, 2013). Entretanto, de longe, são os estudiosos que adotam abordagens de cunho empírico-experimental os que mais pesquisaram a direcionalidade.

No Brasil, esse ramo de pesquisa está se consolidando²⁰ e já inclui alguns estudos sobre a direcionalidade, majoritariamente entre português (L1) e inglês (L2). A primeira pesquisa dessa vertente, realizada por Augusto Buchweitz e Fábio Alves (2006), comparou o desempenho (processo e produto) de dois grupos de tradutores de perfis diferentes (novatos e tradutores com alguma experiência profissional) em tarefas de tradução L1-L2 e L2-L1. As variáveis investigadas foram o tempo dispendido em cada fase do processo tradutório, a recursividade e a segmentação. Os participantes dos dois grupos levaram mais tempo para executar a tarefa para L2, dividindo-a em maior número de segmentos. Ademais, o grupo mais experiente realizou uma quantidade maior de revisões. Replicando essa pesquisa com um grupo mais homogêneo de dez tradutores profissionais, Aline Ferreira (2010, 2013) procurou investigar a influência das variáveis tempo, pausas, recursividade e segmentação processual no processo tradutório segundo a direcionalidade. Combinando os dados com os protocolos verbais, ficou confirmado que a tradução para L2 exigiu mais esforço, o que foi corroborado pela análise qualitativa.

Mais recentemente, essa mesma pesquisadora liderou um estudo sobre os processos decisórios na tradução para L1 e L2, com base na ideia de que a tradução pode ser enxergada como uma série de atividades envolvendo tomadas de decisões, que, por sua vez, dependeriam de diferentes estratégias para sua resolução. Usando protocolos verbais retrospectivos, foi pesquisada a atividade metacognitiva de oito tradutores brasileiros em tarefas de tradução do português (L1) para o inglês (L2), e vice-versa. A expectativa de que os participantes demonstrariam mais verbalizações (indicando problemas no processo tradutório) ao traduzir para a L2 não foi confirmada (A. Ferreira, Gottardo, & Schweiter, 2018).

Uma outra pesquisadora, Norma Fonseca (2012), procurou identificar diferenças entre a produtividade, o processo de edição e a solução de problemas e tomada de decisões em tarefas de tradução inglês-português e português-inglês por oito tradutores profissionais. Identificou maior número de momentos de fluência (“desempenho de pico”) na tradução para L1, mas, em relação ao ritmo da tradução (o padrão de pausas para solução de problemas), a única diferença notada em termos da direcionalidade foi a maneira como essas pausas eram empregadas, sendo que na tradução para inglês, fez-se mais recurso a fontes de apoio externas. Em um trabalho mais recente, a mesma autora mostrou, com um grupo de oito tradutores profissionais brasileiros, que seu perfil tradutório – mais precisamente, a ordem em que executaram as diferentes etapas do processo tradutório (produção e revisão) – mudou muito pouco conforme a direcionalidade da tarefa (Fonseca, 2015).

Vale incluir aqui mais um estudo, desta vez da Polônia, que dialoga diretamente com as pesquisas brasileiras. Investigando a tradução do inglês (L2) para o polonês (L1), e vice-versa, com tradutores profissionais poloneses acostumados a traduzir para o inglês, Boguslawa Whyatt (2019) observou que não havia diferença significativa no tempo dispendido na execução das tarefas nos dois sentidos, o que não condiz com os resultados de Buchweitz e Alves (2006) e A. Ferreira (2010, 2013). O fato de a pesquisa envolver uma dupla linguística diferente e tradutores profissionais acostumados com a tradução para L2 pode explicar, em parte, essa discrepância. O mesmo estudo ainda incluiu uma avaliação da qualidade das traduções realizadas, encontrando resultados que contradizem o senso comum de que o texto traduzido para a L1 é sempre melhor.

Acoplar a observação do processo tradutório com a avaliação do produto traz outro nível de complexidade à compreensão do fenômeno da tradução para L2. No caso desse último estudo, indica a possibilidade de o profissional que verte para o inglês desenvolver a mesma

produtividade que seu colega que tem o inglês como L1, sem oferecer um déficit em termos da qualidade, a depender do tipo de texto que traduz.

Nesses e em outros estudos empírico-experimentais, os pesquisadores buscam detalhar e problematizar os recursos e métodos utilizados bem como as conclusões inferidas dos resultados, incluindo as limitações dos estudos. Essa prática é adotada com o objetivo, entre outras coisas, de permitir a replicabilidade dos estudos (Apfelthaler, 2020). É importante frisar que mesmo quando os resultados de um estudo não se confirmam em outro, isso não os invalida; apenas demonstra a complexidade dos fenômenos envolvidos e a dificuldade de se criar as mesmas condições com diferentes seres humanos que têm diversos níveis e tipos de experiência, detêm diferentes competências linguísticas e tradutórias e realizam diferentes tarefas tradutórias. As ferramentas quantitativas (rastreamento ocular, registro do acionamento de teclas e mouse, gravação de tela) são empregadas conjuntamente com abordagens qualitativas (protocolos verbais e questionários) para triangular os dados, permitindo resultados mais confiáveis e interpretações que levam em consideração aspectos subjetivos (Alves, 2001).

14 A aplicação desses e outros conhecimentos a respeito da direcionalidade vêm inspirando os estudiosos da pedagogia da tradução a propor abordagens que visam o desenvolvimento das diversas competências envolvidas na prática da tradução para além da competência bilíngue. Os indícios advindos dos estudos cognitivos de que o tradutor depende mais da competência instrumental quando traduz para L2 chamam atenção para a necessidade de aprendizes receberem orientação na utilização de diversas fontes e estratégias de busca e ferramentas especializadas (Marczak, 2018). Ademais, com o aumento da confiabilidade da tradução automática graças às tecnologias que empregam redes neurais (Borges & Pimentel, 2020), seria indicado incluir nos currículos dos cursos de formação o desenvolvimento da competência em pós-edição em L2.

A indicação, no estudo de Whyatt (2019), de que o tipo de texto influi o desempenho do tradutor quando verte textos para L2 condiz com a defesa, proposta por Alison Beeby-Lonsdale (2003), da inclusão do letramento em gêneros ao ensino da tradução para L2. A escolha dos textos para alunos de níveis diferentes deveria ser criteriosa, pois, como bem aponta Pavlovic (2013), pode não haver correspondência entre o grau de dificuldade de um mesmo texto em termos de sua leitura e sua tradução. Além disso, é importante atentar para o fato de um mesmo tipo textual ter características diversas em diferentes idiomas (Whyatt, 2019).

Uma indicação para superar essas dificuldades surge da constatação de que a realização de uma tradução sobre determinado assunto para a L1 facilita a tradução de um texto sobre o mesmo assunto para a L2 (A. Ferreira, 2013). Esse fenômeno, capaz de confundir os dados de um estudo empírico-experimental, pode ser um trunfo na sala de aula, principalmente com iniciantes, o que, por sua vez, sugere que abordagens que conjuguem a tradução para L1 e L2 teriam mais eficácia em ajudar tradutores novatos a desenvolver competência tradutória nos dois sentidos. Por fim, o maior tempo necessário para a tradução para L2, pelo menos entre tradutores menos experientes, poderia ser abordado na sala de aula no sentido de ajudar os alunos a desenvolverem estratégias para dar conta desse fator na vida profissional.

Para considerações finais, este levantamento da bibliografia a respeito da direcionalidade, com enfoque na tradução para inglês (L2), foi motivado por uma inquietação a respeito do abismo que existe entre essa prática, tão comum no mercado brasileiro, de um lado, e, do outro, um discurso institucional que parece ignorar ou rejeitá-la, levando a uma carência de opções de formação. Nos Estudos da Tradução, a norma da superioridade da tradução para L1 vem sendo desafiada com crescente força desde o início dos anos de 2000. Ao mesmo tempo, a hegemonia do inglês, associada à tradução em massa de textos para a disseminação de informações pelo mundo globalizado, tem levantado questionamentos sobre o status desigual dos idiomas e os efeitos que isso tem na tradução, tanto em termos das estratégias tradutórias disponíveis para os tradutores, como em termos das suas práticas profissionais (Baker, 2013; Venuti, 1995/2008).

15

Estimulados por essa conjuntura, pesquisas empírico-experimentais procuram desvendar diferentes aspectos da direcionalidade, inclusive entre o português e o inglês. Alguns estudos comparativos da qualidade de traduções para L1 e L2 indicam que a direcionalidade é apenas uma das variáveis associadas à aceitabilidade das traduções, sendo que outras incluem o tipo de texto e a experiência do tradutor. Em termos de formação em tradução para L2, os estudos também ganham força, em parte motivados por mudanças regulatórias (Rodríguez-Inés & Fox, 2018).

No Brasil, o estudo da direcionalidade está incipiente e os cursos universitários de formação de tradutores ainda parecem oferecer poucas opções para a prática e reflexão sobre a tradução para L2 – possivelmente uma herança institucional do antigo vínculo com a Literatura Comparada. Uma exceção notável é o supracitado Laboratório Experimental de Tradução da Universidade Federal de Minas Gerais, pioneiro no estudo do processo da tradução, incluindo

a tradução para L2. Já na área da formação de tradutores, outro projeto inédito é o bacharelado em tradução da Universidade Federal de Uberlândia, que montou, dentro da universidade, uma agência de tradução sem fins lucrativos, por meio da qual os estudantes ganham experiência no gerenciamento e realização de projetos de tradução de e para o inglês.

Iniciativas dessa natureza demandam infraestrutura física, docentes, técnicos e um fluxo garantido de recursos financeiros do médio ao longo prazo para serem colocados em prática, o que, por sua vez, requer apoio institucional. Quando a tradução é institucionalmente fraca – muitas vezes inserida em cursos de Letras – projetos dessa envergadura ficam mais difíceis de realizar. No entanto, em virtude do crescente leque de recursos que permitem o trabalho em equipe de forma remota, é possível que projetos menores que visem objetivos similares possam ser desenvolvidos com menos recursos, assim permitindo uma formação mais abrangente em tradução, tanto para L1 como para L2, e propiciando a experiência necessária para a inserção no mercado.

Agradecimentos

16

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Adab, B. (2005). Translating into a second language: can we, should we? In G. Anderman, & M. Rogers (Eds.), *In and Out of English: For Better, For Worse?* (pp. 227-241). Multilingual Matters.
- Alves, F. (2001). A triangulação como opção metodológica em pesquisas empírico-experimentais em tradução. In A. Pagano (Ed.), *Metodologias de pesquisa em tradução* (pp. 69-92). FALE/UFMG.
- American Translators Association. (2019). *Translation – Getting it Right*. (D. Nogueira, K. Semolini, & M. Marques, Trad.). https://www.atanet.org/publications/getting_it_right_trans_br.pdf
- Anderman, G., & Rogers, M. (2005). English in Europe: For Better, For Worse? In G. Anderman, & M. Rogers (Eds.), *In and Out of English: For Better, For Worse?* (pp. 1-26). Multilingual Matters.
- Arenas, A. G., & Moorkens, J. (2019). Machine translation and post-editing training as part of a master's programme. *The Journal of Specialised Translation*, 31, 217-238.
- Apfelthaler, M. (2020). Directionality. In M. Baker, & G. Saldanha (Eds.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (3ª ed., pp. 152-155). Routledge.

-
- Baker, M. (2013). Translation as an Alternative Space for Political Action. *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 12(1), 23-47.
- Beeby Lonsdale, A. (2003). Genre literacy and contrastive rhetoric in teaching inverse translation. In D. Kelly, A. Martín, M.-L. Nobs, D. Sánchez, & C. Way (Eds.), *La direccionalidad en traducción e interpretación: perspectivas teóricas, profesionales y didácticas* (pp. 155-166). Atrio.
- Bhreathnach, Ú. (2011). *A Best - Practice Model for Term Planning* [Tese de doutorado, Dublin City University].
- Borges, T. M., & Pimentel, J. M. M. (2020). Avaliação humana da tradução automática de combinações lexicais especializadas: o caso do Google Translate e do DeepL. *Belas Infíeis*, 9(4), 21-43.
- Bowker, L., & Ciro, J. B. (2019). *Machine Translation and Global Research: towards improved machine translation literacy in the scholarly community*. Emerald Publishing.
- Buchweitz, A., & Alves, F. (2006). Cognitive Adaptation in Translation: an interface between language direction, time, and recursiveness in target text production. *Letras de Hoje*, 41(2), 241-272.
- Campbell, S. (2005). English Translation and Linguistic Hegemony in the Global Era. In G. Anderman, & M. Rogers (Eds.), *In and Out of English: For Better, For Worse?* (pp. 27-38). Multilingual Matters.
- Chernov, G. V. (1999). Simultaneous interpretation in Russia: Development of Research and Training. *Interpreting*, 4(1), 41-54.
- Conceição, C. Z. S. (2015). Linguística aplicada indisciplinar - entrevista com o Prof. Dr. Luis Paulo da Moita Lopes (UFRJ). *Grau Zero – Revista de Crítica Cultural*, 3(2), 333-340.
- Comissão Europeia. (2010). *Redigir com Clareza*. Serviço das Publicações da União Europeia. http://publications.europa.eu/resource/cellar/725b7eb0-d92e-11e5-8fea-01aa75ed71a1.0023.03/DOC_1
- Comissão Europeia. (26 de outubro de 2020). *Translator profile*. https://ec.europa.eu/info/jobs-european-commission/working-eu/translator-profile_en
- Costa, P. R. (2018). *A formação de tradutores em instituições de educação superior públicas brasileiras: uma análise documental* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188094>
- Dai, G., & Xiao, R. (2011). “SL shining through” in translational language: a corpus-based study of Chinese translation of English passives. *Translation Quarterly*, 62, 85-108.
- Eurostat. (24 de abril de 2021). *Foreign language learning statistics*. <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics->

explained/index.php?title=Foreign_language_learning_statistics#Upper_secondary_education

- Ferreira, A. A. (2010). *Direcionalidade em tradução: uma investigação do processamento cognitivo de tradutores profissionais em tradução direta e inversa no par linguístico inglês-português* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <http://hdl.handle.net/1843/LETR-8SVNBP>
- Ferreira, A. A. (2013). *Direcionalidade em Tradução: O Papel da Subcompetência Bilingue em Tarefas de Tradução L1 e L2* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-9BLN48>
- Ferreira, A. A., Gottardo, A., & Schweiter, J. W. (2018). Decision-making processes in direct and inverse translation through retrospective protocols. *Translation, Cognition & Behavior, 1*(1), 98-118.
- Ferreira, M., & Wiedemann, L. (2013). Guest Editors' Note. *Portuguese Language Journal, 7*. <http://ensinoportugues.org/archives/archived-articles/>
- Ferreira-Alves, F. (2012). Translation Companies in Portugal. *Anglo Saxonica, 3*(3), 232-263.
- Fonseca, N. B. L. (2012). *Padrões Prototípicos de Segmentação na descompactação e recompactação de unidades de tradução em tarefas de tradução direta e inversa* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <http://hdl.handle.net/1843/LETR-96NRFX>
- Fonseca, N. B. L. (2015). Directionality in translation: Investigating prototypical patterns in editing procedures. *Translation & Interpreting, 7*(1), 111-125.
- Gallego-Hernández, D. (2014). A vueltas con la traducción inversa especializada en el ámbito profesional. Un estudio basado en encuestas. *Trans, 18*, p. 229-238.
- Heilbron, J., & Sapiro, G. (2007). Outline for a Sociology of Translation. In M. Wolf, & A. Fukari (Eds.), *Constructing a Sociology of Translation* (pp. 93-105). John Benjamins.
- Horcas-Rufián, S., & Kelly, D. (2019). Inverse (A-B/C) translation education in Spain under the EHEA. *Perspectives: Studies in Translation Theory and Practice, 28*(2), 300-319.
- Hurtado Albir, A. (2017). *Researching translation competence by PACTE group*. John Benjamins.
- Koskinen, K. (2000). Institutional Illusions. *The Translator, 6*(1), 49-65.
- Koskinen, K. (2008). *Translating Institutions: an ethnographic study of EU translation*. Routledge.
- Kumaravadivelu, B. (2006). A linguística aplicada na era da globalização. In L. P. Moita Lopes (Ed.), *Por uma linguística aplicada indisciplinar* (pp. 128-148). São Paulo: Parábola.

-
- Marczak, M. (2018). Translation Pedagogy in the Digital Age: How digital technologies have been altering translator education. *Digital Subjectivities*, 7, 1-19.
- Mariño, C. (2011). Reflecting on the dichotomy native-non native speakers in an EFL context. *Anagramas - Rumbos y Sentidos de La Comunicación*, 10(19), 129-142.
- Moita Lopes, L. P. (2006). Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In L. P. Moita Lopes (Ed.), *Por uma linguística aplicada indisciplinar* (pp. 13-42). São Paulo: Parábola.
- Newmark, P. (1987). *A Textbook of Translation*. Longman.
- Nord, C. (1997). Defining translation functions: the translation brief as a guideline for the trainee translator. *Ilha Do Desterro*, 33, 41-55.
- Olohan, M., & Salama-Carr, M. (2011) Translating Science, *The Translator*, 17(2), 179-188.
- Pavlović, N. (2007). Directionality in Translation and Interpreting Practice: Report on a questionnaire survey in Croatia. *FORUM Revue Internationale d'interprétation et de Traduction / International Journal of Interpretation and Translation*, 5(2), 79–99.
- Pavlovic, T. (2013). Exploring Directionality in Translation Studies. *ExELL (Explorations in English Language and Linguistics)*, 2, 149-165.
- Pennycook, A. (2007). *Global Englishes and Transcultural Flows*. Routledge.
- Phillipson, R. (1994). English language spread policy. *International Journal of the Sociology of Language*, 107, 7–24.
- Piróth, A. (2015). *Translation into a non-native language – IAPTI's survey. January, 2014–2015*. https://www.iapti.org/files/surveys/2/IAPTI_non-native_report.pdf.
- Pokorn, N. (2005). *Challenging the Traditional Axioms: Translation into a non-mother tongue*. John Benjamins.
- Rodríguez-Inés, P., & Fox, O. (2018). Reconciling Institutional and Professional Requirements in the Specialised Inverse Translation Class – A Case Study. *Meta*, 63(1), 47-71.
- Rogers, M. (2015). *Specialised Translation: shedding the non-literary tag*. Palgrave Macmillan.
- Sánchez-Gijón, P., & Torres-Hostench, O. (2014). MT Post-editing into the mother tongue or into a foreign language? Spanish-to-English MT translation output post-edited by translation trainees. In S. O'Brien, M. Simard, & L. Speccia (Eds.), *Third Workshop on Post-editing Techniques and Practices* (The 11th Conference of the Association for Machine Translation in the Americas - Vancouver, 22–26 out.). http://www.amtaweb.org/AMTA2014Proceedings/AMTA2014Proceedings_PEWorkshop_final.pdf

-
- Silva, I. A. L. (2019). An interactional expertise-based approach to specialized inverse translation. *Tradução em Revista*, 26(1), 86-98.
- Stewart, D. (2013). From Pro Loco to Pro Globo Translating into English for an International Readership. *The Interpreter and Translator Trainer*, 7(2), 217-234.
- Tagnin, S. E. O. (2015). A Linguística de corpus na e para a tradução. In V. Vianna, & S. E. O. Tagnin (Orgs.), *Corpora na tradução* (pp. 19-56). Hub Editorial.
- Thompson, J. B. (2005). *Books in the Digital Age: The Transformation of Academic and Higher Education Publishing in Britain and the United States*. Polity.
- Venuti, L. (2008). *The Translator's Invisibility: a history of translation*. Routledge. (Obra original publicada em 1995)
- Wang, B. (2011). Translation Practices and the Issue of Directionality in China. *Meta*, 56(4), 896-914.
- Whyatt, B. (2019). In search of directionality effects in the translation process and in the end product. *Translation, Cognition & Behavior*, 2(1), 79–100.
- Whyatt, B., & Kościuczuk, T. (2013). Translation into a non-native language: the double life of the native-speakership axiom. *mTm Translation Journal*, 5, 60-79.

¹ Texto original: “*I shall assume that you, the reader, are learning to translate into your language of habitual use, since that is the only way you can translate naturally, accurately and with maximum effectiveness.*” (Tradução nossa).

² Disponível em: [http://www.cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=traducao-\(ingles-\(traco\)-portugues\):-formacao-para-o-mercado-de-trabalho&nInst=cce](http://www.cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=traducao-(ingles-(traco)-portugues):-formacao-para-o-mercado-de-trabalho&nInst=cce). Acesso em: 31 out. 2020.

³ Disponível em: <https://www.posgraduacaocandidomendes.com.br/pos-graduacao-a-distancia/traducao-ingles-portugues/193>. Acesso em 31 out. 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.posestacio.com.br/pos-graduacao-a-distancia/traducao-de-ingles/1242/50#area-titulo-curso>. Acesso em: 31 out. 2020.

⁵ A AIIC (Associação Internacional dos Intérpretes de Conferência) classifica as línguas de trabalho dos intérpretes de conferência em línguas ativas (para as quais o intérprete pode traduzir) e passivas (das quais traduz). Tem duas categorias de língua ativa, A e B, sendo a língua A a língua nativa (ou outra língua estritamente equivalente) e a língua B um idioma do qual o intérprete tem “domínio perfeito”. A língua passiva é a língua C, de que o intérprete deve ter “entendimento completo”. Ver: <https://aiic.org/document/4256/Regulation%20governing%20admissions%20and%20language%20classification%20-%20ENG.pdf>. Acesso em: 18 out 2020.

⁶ No Dicionário Houaiss online (houaiss.uol.com.br), as definições de *verter* incluem “traduzir de uma língua para outra”, enquanto *versão* é definida como a “tradução de um texto de uma língua para outra”.

⁷ Diferentemente, a interpretação A-B e B-A tem longa tradição na Rússia e no Leste Europeu desde a formação da URSS (Chernov, 1999).

⁸ Texto original: “*Commission translators are required to translate political, legal administrative and web texts — usually into their main language. (...) Language skills: perfect command of all aspects and stylistic levels of your mother tongue/main language; thorough knowledge of 2 or more official EU languages — at least 1 of which must be English, French or German.*” (Tradução nossa).

⁹ Três grupos muito ativos são “Tradutores, Intérpretes e Curiosos”, “Tradutores / Intérpretes” e “Tradutor ajuda Tradutor”.

¹⁰ Dados obtidos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>. Acesso em: 9 ago. 2020.

¹¹ Dados obtidos do site do Instituto Nacional de Estatística, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main. Acesso em 9 ago. 2020.

¹² Ver, por exemplo, Snell-Hornby, M. *The Turns of Translation Studies*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 2006.

¹³ Dado retirado de: https://en.wikipedia.org/wiki/Languages_used_on_the_Internet. Acesso em: 29 abr. 2021.

¹⁴ Texto original: “*English is a translocal language, a language of fluidity and fixity that moves across, while becoming embedded in, the materiality of localities and social relations.*” (Tradução nossa).

¹⁵ Texto original: “*So, for instance, if the variety of English used by the translator or interpreter is appropriate for the target audience, either ideologically as in the case of post-colonial translations into localised varieties of English (...), or functionally according to the type of text, then the native speaker issue becomes redundant.*” (Tradução nossa).

¹⁶ Existem várias definições de aceitabilidade (e adequação) na literatura dos Estudos da Linguagem. Aqui, adoto a definição de aceitabilidade proposta pelo grupo de pesquisa espanhola PACTE, segunda a qual uma tradução aceitável “passa o significado do texto fonte com eficácia; atende à função da tradução (segundo o contexto do *brief* da tradução, as expectativas dos leitores, as convenções da cultura meta); e faz uso apropriado da linguagem.” (“*The translation effectively communicates the meaning of the source text; fulfils the function of the translation (within the context of the translation brief, readers’ expectations, genre conventions in the target culture); and makes appropriate use of language*”) (Hurtado Albir, 2017, p. 119).

¹⁷ Esses preceitos já foram desenvolvidos no movimento pela linguagem clara, que começou na década de 1970 com o movimento pelo inglês claro (*plain English*). O objetivo é tornar os textos de áreas técnicas e especializadas compreensíveis e acessíveis para o não especialista.

¹⁸ Uma ONG internacional para a qual presto serviços de tradução precisa passar o conteúdo dos releases sobre assuntos sensíveis para a matriz antes da sua publicação. Passou a usar a tradução automática para essa finalidade.

¹⁹ Informação encontrada em uma discussão no grupo do Facebook “Tradutores, Intérpretes e Curiosos”.

²⁰ Na Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadores do Laboratório Experimental de Tradução (LETRA) estão produzindo conhecimentos nessa área desde 2000, em colaboração com pesquisadores da mesma vertente de várias instituições ao redor do mundo. Ver: <http://letra.letras.ufmg.br/letra/index.xml>.